

EDITORIAL

A segunda década do século XXI caracteriza-se no Brasil por um processo constante de surgimento de novos espaços livres urbanos, dos mais diversos tipos, portes e formas de tratamento paisagístico, especialmente aqueles destinados à recreação e conservação. São comuns as inaugurações de novos parques, de praças com os mais diferentes tipos de programas e plantios, a criação de áreas de proteção e conservação de recursos naturais como matas e dunas e a criação de orlas tratadas.

Produzir espaços livres novos de tais tipos e reciclar velhos espaços para novos usos e formas faz parte de uma prática cotidiana, de bandeiras políticas e programas de governo, que, com sua implantação, atendem a demandas e capitalizam dividendos políticos.

Esses espaços dificilmente estão vinculados a estudos e projetos de sistemas de espaços livres articulados e coerentes entre si, surgindo de oportunidades e de demandas diversas cidade a cidade, sendo comuns por todo o país. Uma administração pode decidir ampliar, em seu tempo de gestão, o número de parques urbanos existentes, como foi o caso de São Paulo, cuja administração resolveu ampliar o número de parques locais de cerca de 40 para 100 unidades, no curto espaço entre 2008-2012, ou o caso de Belém do Pará, que abre pequenos trechos de sua orla, ou ainda os novos parques lineares de Manaus e Rio Branco, tendo de enfrentar empecilhos comuns a toda e qualquer estrutura gestora no país, como falta de contato entre os diversos órgãos produtores de espaços livres e desses com as empresas de saneamento e serviços públicos em geral, de recursos técnicos e de disponibilidade de áreas para o assentamento de novos parques, de estruturas de fiscalização e gestão das novas áreas.

A segunda década do século tem como um dos desafios a construção de um paradigma que ajude a conceituação do sistema de espaços livres urbanos, que colabore na superação de conflitos latentes de dimensão, demandas e exigências paisagísticas em sua constituição, assim como na construção de estruturas de gestão adequadas e autossuficientes. Os nossos espaços livres urbanos carecem, em grande parte, de atributos mínimos ao seu uso cotidiano e entre esses estão as calçadas, a maioria inadequada ao simples andar do pedestre, sendo, pois, em geral, inacessível ao deficiente.

A calçada mal mantida, repleta de empecilhos ao andar como pavimentos estragados, escorregadios, raízes de árvores, ocupada por elementos de mobiliário urbano mal dimensionados e repleta de barreiras, como rampas, degraus e escadarias são, com certeza, dentro dos espaços livres, ruas, das piores partes dos espaços livres urbanos, em função de sua inadequação ao uso cotidiano.

Por outro lado, o projeto paisagístico dos espaços livres, quando estão envolvidos recursos suficientes para sua implantação e equipes de projeto capacitadas, alcança níveis de excelência de qualidade comparável aos melhores em escala mundial, sendo

constantemente criados espaços de alta qualidade estética, funcional e ambiental, tanto no âmbito público como privado.

O projeto do espaço público brasileiro possui características especiais, em função dos agentes e recursos envolvidos, podendo ser identificados três tipos de projeto ou ação: – aqueles desenvolvidos por equipes internas aos diversos órgãos públicos, secretarias de obras, meio ambiente e habitação, agências ambientais e até divisões e fundações que se dedicam especialmente ao projeto paisagístico de espaços públicos. São espaços produzidos nem sempre com fartura de recursos e tempos de maturação de projeto por equipes, nem sempre especializadas e que encontram dificuldades diversas para a efetivação de seus projetos e ações. Poucos, de fato, apresentam grandes inovações programáticas e formais, buscando atender a demandas imediatas da comunidade e da administração pública.

– Especiais – conectados a interesses de altos escalões dos governantes, como prefeitos e governadores, etc., que solicitam, a paisagistas de renome, projetos para parques, praças, etc., executados dentro dos padrões internacionais de qualidade, gerando espaços emblemáticos como o Parque da Juventude, em São Paulo, e o Parque do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, dois exemplos especiais junto de um conjunto de centenas de espaços de alta qualidade produzidos dessa forma. Vez por outra são produzidos por equipes bancadas por entidades privadas e doados para uso público como a praça Victor Civita na capital paulistana, ou feitos para o uso de tais entidades, que permitem seu uso, aí, público, como as praças corporativas do Complexo Itaú Conceição, ainda em São Paulo;

– aqueles desenvolvidos pela iniciativa privada em todas as suas instâncias, que passam a propriedade pública por força de lei, como as ruas e áreas comuns de loteamentos, que podem ter um tratamento paisagístico especial ou não.

Pode-se afirmar, com certeza, que cada sistema de espaços livres da cidade brasileira está em constante transformação, de readequação às novas demandas, e que essas estão longe daquelas comuns 30 ou 40 anos atrás, assim como, apesar dos muros e do aumento da mobilidade em veículos automotores, da dispersão urbana física e funcional, de lazer, inclusive, as demandas de uso do espaço livre têm aumentado e, com isso, naturalmente, as demandas e ações e projetos que os qualifiquem.

O espaço livre, como alguns acreditavam nos anos 90 não morreu, ao contrário, teve um aumento em sua utilização e demandas e essa tende a crescer com as novas formas de construção da paisagem urbana e os novos hábitos sociais em desenvolvimento.

Neste número a revista traz um conjunto expressivo de temas que visam ao entendimento de tipos e formas de produção e uso dos espaços livres e da paisagem urbana brasileira.

Esse número 29 da revista traz uma nova série de artigos, inseridos em cinco sessões. Na primeira, História, temos os artigos “A paisagem da caatinga: um gesto de Burle Marx na praça da Cunha”, de autoria de Eline Silva de Paula, Joelmir Marques da Silva, Patrícia Carneiro de Menezes, Vera L. Oliveira Melo e Ana Rita Sá Carneiro, participantes e pesquisadores do laboratório da Paisagem da Universidade Federal

de Pernambuco, que versa sobre a obra emblemática de Roberto Burle Marx nesse logradouro, e o texto “Un parque extenso y amplio para dotar com él a nuestra querida capital? La exigência de la creacion de um parque y el panorama del arte paisagístico a finale del siglo XIX em Bogotá”, de Claudia Cendales Paredes, que traz referências da construção desse logradouro da cidade, permitindo-nos conhecer um pouco da história do paisagismo latino-americano. Na seção Pesquisa e Projeto temos os resultados de pesquisas diversas como os trabalhos “Proposta de revitalização paisagística de Cavas da bacia do rio Iguazu na região metropolitana de Curitiba”, de autoria de Livia Yu Iwamura, Júlio César Rodrigues de Azevedo e Célia Regina Gapski Yamamoto, e “Estudo de urbanização em áreas de risco a escorregamentos nos loteamentos do Recreio São Jorge e Novo Recreio, Guarulhos (SP)”, de autoria de Sandra Emi Sato, Antonio Manoel dos Santos, Sylvio Barros Sawaya, Tereza Beatriz Ribeiro, Ricardo de Sousa Moretti e Gabriela Lucia da Costa e Castro Gomes, que versa sobre possíveis intervenções em áreas paisagísticas e ambientais.

Na seção Paisagem Urbana, temos o texto “Urban fringe belts em cidades novas: O caso de Maringá – Brasil,” de Juliana Alves Pereira, Karen Schwabe Meneguetti e Renato Leão Rego, que explora a ideia de *fringe belts* e sua aplicação no entendimento da cidade paranaense e o trabalho “A configuração dos espaços livres nos grandes empreendimentos verticais da Grande – SP”, de autoria de Guilherme Gabriel Alves e Silvio Soares Macedo, que discorre sobre as quadras-condomínio vertical em São Paulo, seus tipos e características paisagísticas.

Na seção Pesquisa temos o artigo “Mídia, ecologia e áreas verdes: o OESP e os parques da gestão Setúbal”, de autoria de Paula Alessandra Ramos, que avança no conhecimento da formação dos parques naquele período em que houve a mais significativa das ações públicas em favor da construção de parques públicos na cidade de São Paulo no século XX; o texto de Laís Regina Flores, que versa sobre um dos espaços livres menos estudados no país, o pátio escola, intitulado “O uso dos espaços livres escolares nas diferentes cidades”, e ainda o texto “Informação e cidadania nos espaços livres públicos – parques e praças”, de autoria de Margarida Correia Lima, Ana Rita Sá Carneiro e Laura Bezerra Martins.

Na seção Espaços Urbanos trazemos três textos: o primeiro, de Adilson Costa Macedo, “Seaside, cidade ícone do novo urbanismo”, reflete sobre um dos resultados mais significativos do *new urbanism*; o segundo, de autoria de Luis Guilherme A. Pippi, Camila Lorenci Mallmn, Raquel Weiss, Renata Goettems, Felipe Dotto de Moraes e Raquel Rosado Rodaelli, intitulado “A dinâmica dos espaços livres intra-urbanos da cidade de Santa Maria-RS”, e ainda o texto “Supernovas: duas futuras cidades brasileiras”, de autoria de Vicente Barcellos, professor da Universidade Nacional de Brasília – UNB que mostra as paisagens urbanas de algumas das novas cidades da fronteiras agrícolas brasileiras.

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo – editor